

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ALINE MARIA SOUZA SILVA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:
IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS**

MARINGÁ

2022

ALINE MARIA SOUZA SILVA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:
IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado no curso de Pedagogia,
como requisito parcial para o cumprimento
das atividades exigidas pela Universidade
Estadual de Maringá.

Orientação: Prof. Dr. Gilmar Alves
Montagnoli

MARINGÁ

2022

INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

Aline Maria Souza Silva¹

Gilmar Alves Montagnoli²

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação escolar brasileira. Além de compreender o Transtorno, a pesquisa objetiva um esforço inicial no sentido de elaborar algumas orientações de práticas pedagógicas para esses alunos. Amparado pela Teoria Histórico-Cultural, que tem como precursor o teórico Lev Vigotski, que entende o ser humano como histórico e social, o que valoriza as relações humanas, inclusive de pessoas em situação de inclusão. A pesquisa se justifica pela compreensão da necessidade de saber, no âmbito da educação como um todo, em especial no curso de Pedagogia, como proceder diante da escolarização de alunos com TEA. A pesquisa realizada é de forma qualitativa e bibliográfica, em razão do objeto de estudo, tendo como finalidade identificar na produção existente até então orientações para alunos com TEA dentro do contexto educacional. Conclui-se que uma inclusão eficaz exige olhar atento à compreensão do TEA, bem como à elaboração de a necessidade da elaboração de práticas pedagógicas que envolvam rotinas, atividades e brincadeiras que contribuam para o desenvolvimento cognitivo e social de alunos com TEA, com a colaboração da escola juntamente com a família.

Palavras chaves: Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro Autista. Orientações Pedagógicas.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis approaches the inclusion of students with autism spectrum disorder in Brazilian school education. In addition to understanding the disorder, this paper aims to comprehend an initial effort on developing pedagogical orientation practices for these students. This study has been based on the Cultural-Historical Theory introduced by Lev Semyonovich Vygotsky, which sees humans as cultural- historical beings, placing value in human relationships, including of people with special education needs and disabilities. The research is justified by the need to acknowledge, especially in the Pedagogy course, but also in the overall Education, how to deal with the schooling of students with ASD. The research conducted is qualitative and bibliographical, with the aim to identify in previous studies orientations for students with ASD. In conclusion, efficient inclusive education requires an attentive eye to understanding ASD, as well as the need to elaborate pedagogical practices with routines, games and activities that contribute to the cognitive and social development of students with ASD, along with school and family collaboration.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Orientation.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Professor do Departamento de Teoria e Prática da Educação, orientador do Trabalho de Conclusão de Curso.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar vem sendo algo muito debatido nos últimos tempos. Cada vez mais, são criados métodos e leis para uma inclusão segura na escola regular, permitindo um ensino inclusivo e de qualidade para todos. Considerando a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 208, inciso III, estabelece que é dever do Estado garantir uma educação especializada aos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, a discussão proposta é de grande relevância no âmbito de um curso de formação de professores.

Apesar dos esforços, o Brasil ainda enfrenta obstáculos para possibilitar uma educação gratuita, de qualidade e inclusiva para todos. Para avançar nesse objetivo, é necessário muito trabalho e investimento em infraestrutura adequada, assim como um maior incentivo aos professores e profissionais da educação, por meio de formação continuada, para que eles possam adquirir plenos conhecimentos destas áreas e saberem lidar com os diferentes grupos que necessitam ser aceitos e incluídos.

Os trabalhos de Lev Vigotski³ (1896-1934), das primeiras décadas do século XX, permitem pensar a inclusão nos dias atuais. O psicólogo russo é precursor da Teoria Histórico-Cultural, com base na qual se reconhece o papel da aprendizagem no desenvolvimento do aluno, independentemente de suas condições físicas, psicológicas e sociais. Dentro desse contexto, “[...] a tarefa da escola consiste em não se adaptar à deficiência, mas sim em vencê-la.” (VYGOTSKY, 1989, apud FIGUEIRA, 2017 p. 119).

Uma parte do público alvo da educação Inclusiva é composta por alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo categorizado espectro por possuir vários níveis. Acerca desse tema, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) destaca que:

Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações

³ Há diferentes grafias para o nome do psicólogo Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), por isso neste trabalho é adotada a escrita de Vigotski, exceto nas referências, as quais permanecerão com o nome original.

sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p.11).

Neste ínterim, o psiquiatra Léo Kanner foi o primeiro pesquisador a estudar profundamente o TEA, entre 1930 e 1940, por meio de uma pesquisa com 11 crianças que aparentavam uma condição física normal, mas que demonstravam desconforto em ambientes que não eram do seu convívio habitual, atrasos significativos da linguagem e reações corporais rígidas. A partir da pesquisa, o psiquiatra notou nessas crianças uma ausência das relações interpessoais, dificuldade de comunicação e uma necessidade de manter a rotina. Após essa constatação o autismo passou a ser estudado por diversos pesquisadores, até chegar ao conceito de Transtorno de Espectro Autista, por meio do qual ganhou diferentes conceitos. De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria:

O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. (DSM-5, 2013, p. 53).

A inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista é algo a ser discutido frequentemente, pois os alunos necessitam de um acompanhamento especial com mais atenção, e, em alguns casos, é necessário um professor auxiliar que tenha formação adequada para acompanhar o aluno.

Desse modo, o tema da inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista tem sido explorado em teses e dissertações que foram publicadas com mais frequência a partir da mencionada política de educação inclusiva. Assim, este artigo tem como objetivo propor orientações acerca das práticas pedagógicas no campo educacional para alunos com Transtorno do Espectro Autista, considerando as contribuições desses estudos para o cotidiano escolar, com base na Teoria Histórico-Cultural.

A pesquisa se justifica pela compreensão da necessidade de saber como proceder diante da escolarização de alunos com TEA. Além disso, o artigo busca articular a relação família e escola frente à inclusão desses alunos. O direito à inclusão é respaldado pela lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), lei nº 13.146, publicada em 06 de julho de 2015. Art. 1º, na qual é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015).

Todo ser humano tem direito de viver em uma sociedade igualitária, para isso, é necessária a criação de leis que atendam a esses critérios. Nesse sentido, esforços têm sido feitos, como é o caso da Lei nº 13.977, também conhecida como Lei Romeu Mion⁴, sancionada em janeiro de 2020, que tem como objetivo o cuidado especial a pessoas com TEA, pois possibilita, por meio de uma carteira de identificação, o acesso preferencial ao atendimento em determinados lugares, como em filas e em vagas de estacionamento.

A carteirinha tem validade de 5 anos e pode ser requerida gratuitamente em todo o território nacional a partir da apresentação de documentos pessoais e laudo médico especificando qual espectro de autismo o portador possui. A carteirinha é essencial para pessoas que têm o TEA, pois os casos variam muito e alguns não têm sintomas físicos aparentes.

A discussão acerca da inclusão de indivíduos com TEA é justificada também pela quantidade de pessoas que apresentam o transtorno. Atualmente, estima-se que 70 milhões de pessoas, no mundo, têm o Transtorno de Espectro Autista, desse montante, 1% dos casos está no Brasil, o que representa, aproximadamente, 2 milhões de pessoas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Em 2018, foi registrado, pelo Ministério da Educação, o crescimento da procura pelas escolas regulares e foi confirmada a realização de cerca de 180 mil matrículas de estudantes com TEA na educação básica.

⁴ A Lei Romeu Mion é uma homenagem ao filho do apresentador Marcos Mion, que tem Transtorno de Espectro Autista e tem como objetivo contribuir para a inclusão de pessoas com TEA no Brasil.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como referencial teórico a Teoria Histórico Cultural, que oferece contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano, e, neste sentido, possibilita pensar a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. A partir dessa perspectiva, é interessante destacar que o ambiente educacional deve estar propício para o recebimento de todos os alunos.

A abordagem metodológica desta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, destacando-se por ser um formato mais apropriado à coleta de dados narrativos. Assim, Gil (2002, p. 90) destaca que “a análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação”. O trabalho, além de ser de cunho qualitativo, também, é considerado como pesquisa bibliográfica, em razão do objeto de estudo, que se apóia nas contribuições existentes sobre a temática. O referencial teórico é a Teoria Histórico-Cultural, cuja compreensão central é a de que o ser humano se desenvolve em sociedade, o que coloca em destaque o papel da educação inclusiva.

O trabalho está assim organizado, inicialmente, no item *Aprendizagem, desenvolvimento e escolarização da pessoa com deficiência: considerações com base na teoria histórico-cultural*, no qual é apresentada a Teoria Histórico Cultural, com base em Vigotski, seu precursor, e em seguidores. Na sequência, no item intitulado *Transtorno do Espectro Autista: considerações históricas, legais e educacionais*, o propósito é contextualizar a educação inclusiva, passando por outros momentos do atendimento às deficiências no contexto educacional e do próprio TEA. Além disso, discutir-se-á as transformações que a educação e a sociedade passaram para ter acesso a uma educação inclusiva, que ainda necessita de ajustes para atender à demanda de alunos com necessidades especiais. Finalmente, no item *Orientações Pedagógicas Para o Atendimento da Aprendizagem de Crianças com TEA*, são apresentadas algumas práticas pedagógicas para que se possa atender aos alunos com TEA.

O objetivo deste trabalho, portanto, é trazer contribuições que possam ser utilizadas em práticas pedagógicas de alunos com necessidades especiais, sendo especificamente para alunos com Transtorno de Espectro Autista. Assim, destaca-se que, cada vez mais, as escolas necessitam estar preparadas para o

recebimento de alunos com Transtorno de Espectro Autista e dos demais transtornos globais, levando em consideração a diversidade que o país tem em si, pois todos os alunos devem se sentir incluídos e acolhidos em um ambiente saudável que ofereça uma educação com oportunidades de conhecimentos nas áreas educacionais.

1. Aprendizagem, desenvolvimento e escolarização da pessoa com deficiência: considerações com base na teoria histórico-cultural

A Teoria Histórico-Cultural aborda o ensino e a aprendizagem do ser-humano levando em consideração o meio social em que se vive. A teoria é representada pelo psicólogo russo, Lev Vigotski, que iniciou o trabalho por meio dos “[...] métodos do materialismo histórico-dialético – o qual busca compreender a realidade a partir de suas contradições e dentro do processo histórico em constante transformação [...]. Seus estudos foram profundamente influenciados pelas ideias de Marx e Engels”. (ANTONIO, 2008, p. 1).

Outro fator que influenciou seus estudos foram seus próprios questionamentos sobre a psicologia da época, devido ao fato de que não abrangia o campo educacional da forma que o mesmo esperava, pois possuía grandes restrições às crianças que necessitavam de uma atenção maior. Após a realização de várias pesquisas, acabou se distanciando dessa antiga psicologia e passou a ter uma nova compreensão sobre a cultura e a história do ser humano, desde o início da humanidade, dando importância à individualidade de cada um que se apropria das qualidades humanas a partir das relações sociais.

Além de Vigotski, o neuropsicólogo russo Alexander Romanovich Luria (1902-1977) foi um grande contribuidor para a fundação da Teoria Histórico-Cultural. Ele tinha uma visão ampla do desenvolvimento humano, na qual buscava pesquisar sobre o tema e compreender os processos psíquicos.

Sua criatividade como investigador, valorizada na psicologia, neurologia e linguística, mas ainda pouco conhecida entre os pesquisadores do campo educacional brasileiro, traz contribuições significativas que ajudam a compreender a necessidade de preservar a riqueza da realidade humana na sua complexidade (OLIVEIRA; REGO, 2010, p. 107).

O Bielo-Russo publicou obras que contribuíram para a psicologia em geral, nas quais discutia sobre o desenvolvimento do homem, sendo algumas delas: *Fundamentos de Neuropsicologia* (1973), *Desenvolvimento Cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais* (1974) e *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança* (1930), que foi realizada com Vigotski. O livro em questão é considerado base para a Teoria Histórico-Cultural, pois nele se reúnem três conceitos sobre o comportamento humano que são: a filogênese, a história sociocultural e a ontogênese⁵. Além disso, o livro debate a evolução do homem desde a pré-história até a atualidade e como isso influencia o desenvolvimento da criança que está em constante modificações (OLIVEIRA; REGO, 2010).

Na Teoria Histórico-Cultural, o professor é visto como sujeito que vai construir as capacidades humanizadoras, compreendendo o indivíduo que é o aprendiz, pois, desde o nascimento, a criança faz parte de uma história e de uma cultura na qual são criados laços entre seu passado e seu futuro. Sendo assim, um dos pontos que mais se deve considerar são os interesses do aluno, para que o professor possa utilizar as experiências anteriores e a cultura humana, com o objetivo de que o aluno alcance o desenvolvimento máximo de suas potencialidades, de acordo com sua idade. Além disso, é importante determinar a interação com seu mediador, criando um elo com o professor. Deve-se, portanto, entender a condição de vida que o sujeito tem dentro da sociedade, que é fundamental para entender o papel da escola.

Levando em conta a trajetória e a abordagem, que é centralizada no desenvolvimento e aprendizagem do aluno, a Teoria Histórico-Cultural se torna ideal para a realização deste trabalho, pois sua concepção se destaca pelo laço que deve existir entre o aprendizado e o desenvolvimento, visto que ambos são distintos, mas necessitam estar juntos para se complementarem, mesmo que em descompasso.

O livro intitulado *Obras Escolhidas, Volume V, Fundamentos de Defectologia*, escrito pelo psicólogo Lev Vigotski, tem grandes contribuições acerca da inclusão escolar e, apesar de a obra ser escrita no século passado, ainda é bem atual. O tema é bastante discutido na atualidade brasileira, devido à não existência de uma

⁵ a filogênese: é a transformação e evolução das espécies, e a ontogênese: é o desenvolvimento de uma determinada espécie desde o nascimento até a vida adulta.

infraestrutura suficiente para receber esses alunos, tampouco de profissionais especializados na área para lidar com os mesmos.

Para as pessoas com Transtorno de Espectro Autista, a dificuldade de comunicação e de interação social com as demais pessoas é uma característica comum. Na THC existe o prevaletimento do contato interacional entre os indivíduos que formula uma espécie de humanização, tornando-se algo essencial para os seres humanos que buscam ser incluídos, principalmente no ambiente escolar.

A criança busca um modelo educacional que não desdenhe das suas limitações, mas a motive dando o aparato necessário para que consiga se desenvolver e se sentir incluída no ambiente inserido. De acordo com Silva: “[...] não basta que os alunos trabalhem juntos, apenas compartilhando um mesmo ambiente físico: é necessário que eles sejam desafiados a resolverem problemas em atividades pedagógicas intencionais, sistematizadas e orientadas pelo professor” (2009, p. 1770).

Na contemporaneidade, é comum o surgimento de ações que prometem a inclusão dos indivíduos caracterizados como diferentes, para que se encaixem na sociedade e nas instituições de ensino, e para isso são criadas leis, normas e planos de ações que já foram apresentados anteriormente neste mesmo trabalho. A questão é que, muitas vezes, o que é posto teoricamente não se adapta na prática, resultando na impossibilidade do desenvolvimento de ensino e de aprendizagem cognitiva e social de diversos alunos que possuem deficiência física ou intelectual.

Em alguns casos, o professor se limita à deficiência por estar sozinho na sala de aula, sem ter um professor auxiliar com a formação e a experiência necessária, não sabendo como ministrar a aula por não possuir uma formação continuada necessária a esse fim. A criança acaba sendo limitada nesses casos e tem mais dificuldade para se sentir inserida e capacitada. O artigo intitulado “O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense”, publicado nos Cadernos PDE (PARANÁ, 2012), discorre sobre o fato de que deva ser oferecida uma educação que enfoque na superação das dificuldades, para que o aluno alcance seus objetivos de ensino e aprendizagem, jamais pautado em sua deficiência. Visando o ensino como um dos principais pilares para a educação.

Face ao exposto, a Teoria Histórico-Cultural é tomada como base neste trabalho em virtude das relações que permite estabelecer entre aprendizagem e desenvolvimento, mais especificamente, do papel da primeira para que o segundo

ocorra. Essa compreensão valoriza o papel da escola e da aprendizagem escolar para o desenvolvimento humano, independente da condição do sujeito. Segundo Vygotski;

Nossa hipótese estabelece a unidade mas não a identidade entre os processos de aprendizado e os processos de desenvolvimento interno. Ela pressupõe que um seja convertido no outro. [...] Um objetivo da análise psicológica do desenvolvimento é descrever as relações internas dos processos intelectuais despertados pelo aprendizado escolar. Se bem sucedida, deve revelar ao professor como os processos de desenvolvimento estimulados pelo aprendizado escolar são "embutidos na cabeça" de cada criança. A revelação dessa rede interna e subterrânea de desenvolvimento de escolas é uma tarefa de importância primordial para a análise psicológica e educacional. Um segundo aspecto essencial de nossa hipótese é a noção de que, embora o aprendizado esteja diretamente relacionado ao curso do desenvolvimento da criança, os dois nunca são realizados em igual medida ou em paralelo (VYGOTSKY, 1989, p. 5).

Neste sentido, a pedagogia Histórico-Cultural busca inserir o indivíduo no meio social, valorizando a cultura e contribuindo para o desenvolvimento centrado em sua aprendizagem. Entretanto, no Brasil, somente houve um olhar para a educação especial entre o final do século XIX, até a década de 1990, sendo amparado por três modelos educacionais: o segregacionista, o integracionista e a educação inclusiva, que se fortificou a partir de 1990.

Em meio a tantas lutas, houve a conquista da primeira escola destinada a crianças com deficiências no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1854, intitulada "Instituto dos Meninos Cegos". Um dos responsáveis por esse marco foi o primeiro professor cego do Brasil, José Alvares de Azevedo (1834-1854), que foi também responsável pela introdução do ensino de Braille no país e que lutava por uma educação justa para pessoas com deficiência visual. (MONTAGNOLI; COELHO, 2021).

Apesar dos esforços para obter educação para crianças com dificuldades visuais, muitos limites marcavam as iniciativas, pois se acreditava que o desenvolvimento do sujeito estava diretamente relacionado a características biológicas do indivíduo (MONTAGNOLI; COELHO, 2021). Em 1950, o movimento a favor da inserção de alunos com deficiências no âmbito escolar ganha força, quando foi notado um aumento significativo desses alunos.

Somente a partir de 1990 que documentos legais são elaborados no sentido de mudar a realidade apresentada, contexto em que é defendida a inserção de alunos com necessidades especiais no âmbito escolar comum. A mudança visava contribuir no desenvolvimento das crianças com deficiência, começando pela não distinção das demais.

Um desses documentos é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que busca garantir ensino de qualidade aos alunos com deficiência e garantir uma inclusão no âmbito escolar e social, para que se possa contribuir com a vida em sociedade desses alunos. Montagnoli e Coelho (2021) percebem avanços na iniciativa ao destacarem a importância de se criar condições culturais para a aceitação das diferenças, de modo que o ambiente escolar e social não sejam promotores da desigualdade.

Enfim, as recentes garantias legais parecem, sob o ponto de vista da abordagem teórica em questão, indicar avanços para a escolarização da pessoa com deficiência. No caso do Transtorno do Espectro Autista, é possível observar aumento significativo de estudantes com essa condição no ensino regular. Compreender o Transtorno e analisar encaminhamentos educacionais apropriados é tarefa de cursos de formação de professores, como será demonstrado a seguir.

2. Transtorno do Espectro Autista: considerações históricas, legais e educacionais

Como tem sido discutido, a educação escolar em uma perspectiva inclusiva, tem como objetivo um ensino de qualidade para todos em escolas comuns, mas sem desconsiderar as especificidades de cada aluno. Segundo Cerezuela, Mori e Shimazaki (2012, p. 17), “Essas pessoas devem ser atendidas nas salas de ensino regular e receber um atendimento educacional especializado, conforme suas especificidades, porque estão mais vulneráveis à exclusão do contexto educacional”. Neste sentido, busca-se entender o aluno como um ser social, que está interligado a um modelo de ensino que garante uma educação inclusiva.

Desde o final do século XX, vêm sendo implementadas reformulações educacionais, visando a que todos os alunos possam frequentar o ambiente escolar, ou seja, compreender a importância de uma educação mais justa levando em consideração as potencialidades dos alunos envolvidos.

A educação inclusiva é uma conquista recente, sendo materializada a partir de diversos documentos, dentre os quais destacamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, um marco para a temática. De acordo com o documento:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.1).

Com esta lei, muitos paradigmas são rompidos, abrindo as portas para um mundo que reconhece todos indivíduos como capazes de frequentar as escolas. A educação especial foi colocada em destaque a partir da década de 1990, em virtude da Conferência Mundial de Educação Especial, foi elaborada a Declaração de Salamanca (ONU, 1994), que tem como objetivo introduzir os princípios da educação inclusiva nas discussões educacionais, servindo de referência para as diretrizes e propostas pedagógicas nacionais e internacionais.

A educação inclusiva abrange todos os alunos, entre eles os que possuem o Transtorno de Espectro Autista. Antes de mencionar os direitos desse grupo, é importante conhecer o seu contexto histórico. Inicialmente, em 1911, o médico Eugen Bleuler (1857-1939) estudava a respeito da esquizofrenia, dividindo-a em quatro partes, nomeadas como “4 Aes”, entre elas estava o que sabemos ser hoje o TEA, entretanto, naquela época, o autismo era entendido como uma dessas quatro fases da esquizofrenia, sendo considerada a pior dentre elas.

O médico acreditava que as pessoas que tinham TEA viviam em seu próprio mundo, desligadas da vida real, devido à falta das relações interpessoais e à dificuldade de comunicação. Anos mais tarde, o psiquiatra Léo Kanner se aprofundou nos estudos acerca do TEA, realizando uma pesquisa com crianças de 5 a 11 anos que tinham dificuldades de interagir. O psiquiatra nomeou esse fato como “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”.

No ano seguinte Hans Asperger (1906-1980) prosseguiu com os estudos acerca do autismo, trazendo mais algumas descobertas. Entre suas contribuições está a identificação de uma predominância do TEA no sexo masculino e o QI normal ou elevado dessas pessoas. Segundo Almeda e Albuquerque (2017, p. 3), "Em seu estudo os indivíduos acometidos por este transtorno tinham QI's de normal a

elevado, sem deficiência intelectual e tinham uma linguagem próxima do normal, apesar da mecanicidade. Eram pobres em empatia, intelectualizavam emoções sem saber expor o que sentiam e apresentavam falta de coordenação motora”. Nesse sentido, foi-se, cada vez mais, tendo avanços nos estudos, os quais contribuíram com a inserção desses indivíduos na sociedade.

Com as mudanças na sociedade, atualmente é possível ver um movimento em torno da legislação, os quais tramitam para assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, que lutam pela a inclusão, pois perante a Constituição Brasileira todos são iguais, sem nenhuma distinção. Entretanto, para Cerezuela e Mori (2021), em uma civilização é muito complexo falar sobre igualdade e praticar a mesma, pois sempre pode haver distinções devido às muitas diferenças, como a personalidade, cultura, o meio, entre outros fatores. Deste modo, deve-se procurar meios para suprir essa desigualdade, buscando novas alternativas para que possa haver um corpo social mais preparado para assegurar uma educação mais justa.

No contexto educacional não é diferente. Além de prevalecer a igualdade, é importante um olhar mediante as práticas pedagógicas, pois, por meio delas, é possível identificar um facilitador para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Por meio dos impactos internacionais que buscam ampliar uma educação mais igualitária e inclusiva, é possível identificar transformações relacionadas ao meio educacional no território brasileiro, por meio de leis que colocam o indivíduo como principal pilar.

Nesse sentido, Cerezuela e Mori (2021, p. 43) afirmam que “[...] é determinado que os governos e as organizações nacionais e internacionais tomem medidas para garantir a participação possível das pessoas com necessidades especiais na sociedade”, ou seja, é importante que as pessoas com necessidades especiais estejam inseridas dentro de uma sociedade igualitária, que esteja amparada por documentos legais que assegurem os seus direitos.

A atual Constituição Brasileira (1988) e a LDB (1996) são alguns desses documentos que norteiam os princípios básicos educacionais e garantem a inclusão para pessoas com deficiência, entendendo cada aluno como único, que possui suas próprias personalidades e características e sendo concernente ao educador e à instituição escolar administrar a diversidade existente no meio educacional.

O avanço para a educação especial é muito significativo. O conteúdo possibilita um novo olhar sobre as diferenças individuais de cada aluno e formas de AEE mais específicas para seu desenvolvimento e autonomia. As disposições legais trazem à tona a oportunidade de formação de cidadão para aqueles que, até então, eram segregados na escola e, por decorrência, na sociedade. (CEREZUELA; MORI, 2021, p. 47).

Deste modo, a educação inclusiva vem sendo amparada por Políticas Públicas Inclusivas Nacionais, que têm como objetivo assegurar os direitos e os deveres de todos. Esses documentos norteadores permeiam a inclusão de todos os indivíduos, garantido uma educação de qualidade.

No caso do TEA, é válido destacar que em 2012 foi promulgada a Lei nº 12.64/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos de pessoas com Transtorno de Espectro Autista. De acordo com a Constituição da República Federativa (1988) a lei também é conhecida como Lei Berenice Piana, nome de uma mãe que lutou para que os direitos do seu filho, com TEA, fossem garantidos, consequentemente garantindo os direitos de todos os indivíduos com TEA.

A inclusão tem o objetivo de contribuir para inserção do indivíduo na sociedade; além disso, quando se trata do quesito educação, ela assegura o ensino e a aprendizagem, para que esses alunos tenham a mesma possibilidade de adquirir conhecimento como os demais. Entretanto, esta realidade ainda está muito na parte teórica e pouco na prática no dia a dia em sala de aula.

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (RODRIGUES, 2006, p. 196).

Os alunos que possuem necessidades especiais, sejam físicas, sejam intelectuais, precisam ter um aporte teórico e prático que envolva todos os âmbitos educacionais e sociais. Assim, além de se desenvolver integralmente como ser humano, pode-se ter uma interação com os alunos. Assim, é necessário que os alunos tenham uma educação específica que atenda a suas necessidades, e, em alguns casos, é preciso de acompanhamento profissional.

Neste sentido, em 2011, por meio do decreto Nº 7. 611, foi atribuído ao ensino de educação básica o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que

tem como público alvo alunos com Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e crianças com dificuldades de aprendizagem. A premissa deste projeto de lei é estabelecer a garantia de educação acessível, igualitária e sem discriminação para todo e qualquer indivíduo.

O AEE estabelece que profissionais da educação busquem uma formação continuada na área de educação inclusiva, para que possam ter experiências com a diversidade de alunos que existem no Brasil. O Atendimento Educacional Especializado garante um sistema educacional inclusivo que busque práticas pedagógicas interligada a atividades e recursos que tem como intuito, de acordo com o decreto 7.611/2011,

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011, p. 01).

Mediante a isso, é preciso que o AEE esteja em constante ligação com a escola, pois é necessário que ambos andem em conjunto para um melhor desempenho. Isso repercute no aprendizado dos alunos, sendo um dos responsáveis pelo desenvolvimento, assim é obrigatório que esse sistema seja colocado em vigor em todas as instituições públicas.

Os profissionais da educação, principalmente os docentes, devem se capacitar nos conhecimentos acerca da educação inclusiva, para proporcionar aos alunos um conhecimento sistematizado acessível. Nesse sentido, cabe a esses educadores buscarem uma formação continuada na área de educação especial. É importante que seja levado em conta métodos eficazes que contribuam para a inserção desses alunos no ambiente educacional e social. Segundo Junior e Bedaque (2018, p. 63), “[...] observa-se a necessidade do professor que atua no AEE possuir conhecimentos gerais de exercício da docência e conhecimentos específicos da área da Educação Especial, sejam através da formação inicial ou continuada”. Deste modo, cabe às instituições escolares acolher e compreender as necessidades de cada aluno contribuindo para sua formação integral.

A educação inclusiva é para todos os grupos e cabe às instituições adaptar o ensino para cada indivíduo de acordo com suas necessidades, por isso é necessário que sejam elaboradas atividades específicas e universalizar esse ensino

para todos os grupos. Neste sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura diz que as instituições devem optar por um “[...] currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades”. (UNESCO, 1994, p. 14). Logo, é oportuno pensar em práticas pedagógicas para alunos com TEA no contexto escolar. Será este o esforço empreendido na sequência.

3. ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA

No processo inclusivo de alunos com TEA, é indispensável a presença da família, entretanto, ainda existe certa resistência por parte de alguns desses membros, que, muitas vezes, têm receio de como a criança será vista no contexto de escolarização. São expostos alguns receios, entre eles o de uma possível exclusão dentro da sala de aula e fora dela, pois algumas famílias têm dificuldades em aceitar o diagnóstico da criança, colocando-a como incapaz de realizar certas atividades. A instituição escolar é imprescindível para lutar contra esses estereótipos sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, tanto no campo escolar, quanto social.

O trabalho educacional com alunos com Transtorno do Espectro Autista deve estar em constante sintonia com o campo social, ou seja, a comunidade escolar deve andar lado a lado com o meio familiar do aluno. A escola desempenha um importante papel na vida dessas pessoas, e é responsável por ser um dos campos sociais, portanto o processo inclusivo depende da parceria entre a escola e a família.

A escola deve buscar, em concordância com a família, métodos significativos que impactam positivamente a vida escolar dos anos com TEA. É importante ressaltar que incluir vai além de inserir a criança na sala de aula no ensino regular. A escola precisa de uma transformação que seja capaz de introduzir os alunos neste ambiente e que sejam compreendidas as suas necessidades.

Transformar a escola significa criar as condições para que todos participem do processo de construção do conhecimento independente de suas características particulares. A inclusão requer também mudanças significativas na gestão da escola, tornando-a mais democrática e participativa, compreendendo o espaço da

escola como um verdadeiro campo de ações pedagógicas e sociais, no qual as pessoas compartilham projetos comuns. (FIGUEIREDO, 2010, p. 32).

Nessa perspectiva, acredita-se que para a transformação de uma sociedade inclusiva é necessário, antes, uma escola com esses conceitos, que faça ligação entre teoria e prática, traçando métodos inclusivos assertivos que abranjam as áreas de ensino-aprendizagem e os meios sociais. Desta maneira, entende-se como essencial a participação da família no processo inclusivo em conjunto com a escola, pois fornece apoio, sendo uma importante instituição social.

O contato com o mundo exterior e social de crianças com TEA é realizado primeiramente com a família e conseqüentemente com a escola. Esse contato tem reflexo no desenvolvimento desses indivíduos. Segundo Lehmkuhl e Yaegashi (2018), a família tem um papel fundamental na vida de seus entes, por meio dela a criança tem o primeiro contato com a linguagem, e, quando envolve uma criança com TEA, existe um cuidado a mais, tendo uma ponte entre a escola e a família para que se possa alcançar o objetivo que é incluir a criança no ensino regular.

A família do aluno especial é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria". (TANAKA, 2010, p. 115).

A escola deve contribuir neste processo, criando práticas pedagógicas que auxiliem nas necessidades das crianças, permitindo que diante de uma perspectiva inclusiva possa-se trazer benefícios à relação escola, família e aluno. Diante disso, podem ser utilizados recursos amparados pela legislação, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que traz consigo meios eficazes para serem utilizados na sala de aula:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; [...]

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p. 03).

Pode-se pensar em métodos e técnicas para utilizar em sala de aula, que sejam compartilhados com os alunos com TEA e seus familiares. Uma dessas práticas pedagógicas podem ser pensadas a partir de uma rotina pré-estabelecida vinculada ao cotidiano do aluno. Entende-se que no ambiente escolar é necessário que haja uma rotina em todos os âmbitos, entretanto deve ser levado em conta os alunos com TEA, assim é necessário haver um cuidado ainda maior com a rotina, que precisa ser planejada e organizada conforme suas especificidades.

Nesta rotina podem ser considerados instrumentos pedagógicos do cotidiano social e escolar, um horário estabelecido para cada atividade, no qual se leve em consideração uma didática específica para alunos com TEA. De acordo com Oliveira e Lima (2016, p. 11), “[...] a rotina desenvolve sentimentos de prazer e confiança e, essa rotina não pode ser tratada de forma mecânica, mas planejada para atender as necessidades das crianças com TEA”. É importante que sejam realizados planejamentos regularmente que contribuam com o desenvolvimento e a inclusão.

A rotina pode estar aliada às demais práticas pedagógicas estabelecidas pela escola em seus planejamentos. Outro meio é utilizar adaptações de atividades para os alunos com TEA dentro de suas limitações e capacidades, preservando suas potencialidades, isso faz com que se fortaleça a relação professor e aluno, criando laços socioafetivos que colaboram com o desenvolvimento por completo desse aluno.

A afetividade, que auxilia no relacionamento de todo ser humano, é essencial na sala de aula, por esse motivo é importante este vínculo de professor e aluno com o TEA. De acordo com Dambros:

[...] as atividades escolares podem envolver princípios terapêuticos, afetivos e sociais, pois proporcionam qualidade de vida, vínculos sociais e afetivos entre escola, professor e alunos. Nesse propósito, escolarizar é envolver todos os aspectos da vida do aluno, desde o reconhecimento das necessidades sociais básicas até as intervenções escolares mais elaboradas, a fim de que sua escolarização seja alcançada. (DAMBROS, 2018, p. 110).

Portanto, é possível realizar práticas pedagógicas com alunos com necessidades especiais, desde que seja feita de forma correta identificando suas especificidades, para que assim o professor seja um agente contribuinte para a formação total deste aluno. Para que o mesmo seja integrado e alcance a escolarização de forma justa e coerente.

As práticas pedagógicas adotadas no ambiente escolar devem atender alunos com necessidades especiais, tais como alunos com TEA. Portanto, algumas dessas práticas devem atender às necessidades desse grupo. Contemplando as potencialidades e dificuldades de cada aluno, levando em conta suas especificidades, podem ser criados métodos de acordo com as necessidades de cada sala de aula, por meio do olhar pedagógico do que é necessário mudar ou reformular para contribuir no conhecimento dos alunos. Alguns métodos podem ser adotados por professores no ambiente escolar, para que os alunos com TEA se sintam mais seguros e criem laços afetivos e confiança.

Dentre essas práticas pedagógicas, pode ser estabelecida uma rotina escolar, como já mencionado neste trabalho. A rotina pode ser construída por meio da vivência escolar, em que os horários sejam pré-estabelecidos e levem em conta toda a rotina escolar como: horário de entrada, atividades, intervalo, brincadeiras, passeios pedagógicos e outros meios educativos dentro da escola. A rotina, se bem organizada, torna-se aliada para alunos com TEA, uma vez que uma boa organização o acalma e facilita o processo de aprendizagem.

Além da rotina, é importante o trabalho com conteúdo do interesse desses alunos, pois a mobilização é necessária em qualquer processo de ensino-aprendizagem. É válido buscar métodos que chamem a atenção e que permitam a participação deles com os demais colegas de classe. Durante a realização dessas atividades, é importante observar as características que essas crianças apresentam, para entender melhor as atividades que podem ser disponibilizadas.

As brincadeiras também devem ser levadas em consideração neste processo de inclusão. Segundo Stilpen (2018, p.177), “Algumas brincadeiras podem estimular habilidades sensoriais fundamentais ao aprendizado, como cantigas, identificação de sons do ambiente, amarelinha, pega-pega, jogo de encaixe, jogo da memória [...]”. A partir disso, entende-se que as brincadeiras, de acordo com a faixa

etária de cada criança, são indispensáveis, devendo estar presentes também no processo inclusivo de alunos com TEA.

Enfim, é essencial a colaboração da equipe pedagógica, professores e família na realização dessas práticas pedagógicas, podendo ser ampliada para os lares desses alunos com TEA, sendo necessário que familiares sigam as orientações da instituição de ensino e contribuam para o desenvolvimento dessas crianças.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou destacar a importância da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, e, em específico, alunos com TEA, que são conhecidos por ter dificuldades de socializar e de se comunicar. O artigo buscou articular por meio da teoria de trabalhos que versam sobre Inclusão de Transtorno do Espectro Autista e da legislação vigente, por meio de métodos eficazes, que são utilizados no ambiente educacional no processo de ensino e aprendizagem.

Teve como base a Teoria Histórico-Cultural, considerando a ênfase que se dá ao desenvolvimento humano, independente da condição do indivíduo. Nesse sentido, esta teoria entra em concordância com o que foi discutido neste artigo, com atenção especial ao processo de desenvolvimento do aluno com TEA.

A partir disso, foi feita uma breve contextualização histórica acerca do processo de inclusão no Brasil e no mundo, discutindo o processo de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com TEA, sendo amparados por documentos de cunho legislativo e educacional.

Foi salientada a importância da família no ensino escolar, inclusive no caso de alunos com TEA. Por meio de um trabalho conjunto entre a família e escola, é observado um desenvolvimento significativo. Entretanto, ainda devem ser considerados os desafios educacionais enfrentados na sala de aula e no ambiente familiar, pois muitas famílias ainda possuem dificuldades de estar presente no cotidiano escolar da criança. Quando se fala de TEA, torna-se mais delicada a questão, pois ainda existe receio de como agir nessas situações, a partir disso deve haver uma comunicação entre a escola e a família para buscar soluções que beneficiem os alunos.

O aumento do número de crianças diagnosticadas com TEA na atualidade justifica a discussão realizada. As escolas devem estar preparadas para receber

esses alunos e oferecer um ensino de qualidade, de acordo com suas especificidades e potencialidades, contribuindo para o ensino aprendizagem e para a inserção do mundo social.

Conclui-se que é importante se amparar na legislação vigente em torno da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais com Transtorno do Espectro Autista. Neste sentido, é importante ressaltar a necessidade de seguir práticas pedagógicas inclusivas, que são elaboradas mediante à necessidade de cada grupo escolar. Devem ser destacados os meios em que se vivem e as experiências próprias de cada aluno. Além disso, são necessárias a elaboração de cronograma com a rotina escolar e as atividades que são recorrentes no meio educacional. Por meio delas, os alunos com TEA participam de movimentos que contribuem com a inclusão educacional, proporcionando estímulos importantes para o desenvolvimento.

A interação da família junto à escola é importante para tirar preconceitos acerca da inclusão escolar. A medida fornece às famílias orientações de como estimular as crianças em casa, redirecionando a família e o aluno com TEA para um caminho inclusivo e social, no qual o aluno alcança suas potencialidades e se desenvolve conforme o esperado de sua idade.

Como acadêmica de pedagogia, entendo a necessidade de se trabalhar a inclusão no ambiente escolar, pois todos os alunos merecem ser inseridos no sistema de ensino. Entretanto, essas crianças ainda necessitam de amparos adequados para se sentirem incluídas em diversos ambientes públicos. Como futura pedagoga, pretendo utilizar diferentes recursos que possam potencializar a criatividade e a comunicação dos estudantes com TEA e assim contribuir com o processo de desenvolvimento das suas competências e habilidades, visando ao futuro desses alunos e garantindo inclusão.

Referências

ALMEDA, Caroline Martins de; ALBUQUERQUE, Karine. Autismo: Importância da Detecção e Intervenção Precoces. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Vol. 01. pp 488-502, Abril de 2017. ISSN:2448-0959

AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM-5: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2013. F

ANTONIO, Rosa Maria. **Teoria Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica: o desafio do método dialético na didática**. Maringá, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <Constituição (planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.977 de 8 de Janeiro de 2020. Instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dar outras providências. Disponível em: <L13977 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____, **LEI Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**; Presidência da República. Disponível em: <L12764 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 07 mar. 2022

_____, **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: <L13146 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FIGUEIRA, E. Lev Vygotsky e Inclusão Escolar. In: **Psicologia – Grandes Temas do Conhecimento**. São Paulo, ed. 35, pág. 61-66, dez. 2017.

FIGUEIREDO, R. V. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 2, p. 32-38 julho/dezembro 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNIOR, Francisco Varder Braga (org). **Atendimento Educacional Especializado para o estudante com Transtorno do Espectro Autista**. Mossoró: EdUFERSA, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581305/2/Atendimento%20educacional%20especializado%20para%20o%20estudante.pdf?msckid=71ff3f53aeb11ecab3361a798585f62>. Acesso em: 7 mar. 2022.

LEITE, Carleane Maria da Silva; DANTAS, Siebra Morais. A Afetividade no Desenvolvimento Cognitivo do Aluno com Transtorno de Espectro Autista – TEA / Affectivity in the Cognitive Development of the Student with Autistic Spectrum Disorder - TEA. **ID on line. Revista de psicologia**, [S.l.], v. 14, n. 53, p. 41-51, dez. 2020. ISSN 1981-1179. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2838>>. Acesso em: 10 abr. 2022. doi:<https://doi.org/10.14295/idonline.v14i53.2838>.

OLIVEIRA, Marta Kohl; REGO, Teresa Cristina. Contribuições da perspectiva histórico-cultural de Luria para a pesquisa contemporânea. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. especial, p.107-121, 2010.

OLIVEIRA, Sandra Maria de; LIMA, Rafaella Asfora. **Rotina na Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil: O que dizem os professores?**. TCC em Pedagogia pela UFPE. Recife, 2019. 21p. Disponível em: [*c3ede42c-9e93-4246-97c3-c7faef3f9cb4 \(ufpe.br\)](https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12345). Acesso em: 7 mar. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, 2012. Curitiba: SEED/PR., 2012. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <A IMPORTÂNCIA DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (diaadiaeducacao.pr.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, M. A. M. **Interações entre alunos com necessidades educacionais especiais e demais alunos no ensino regular**. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

TOLEDO, Elizabete Humai de; MARTINS, João Batista. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. In: **Educere – Congresso Nacional de Educação**, IX, Curitiba, 2009. Anais...Curitiba, 2009, p. 4126-4138.

VYGOTSKY, Lev S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: **A formação social da mente**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Condições para submissão. Revista Mundi Sociais e Humanidades. A revista é publicada on-line pelo o Instituto Federal do Paraná. Disponível em: [Submissões \(ifpr.edu.br\)](http://ifpr.edu.br). Acesso em: 11 abr. 2022.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em extensões tipo docx, doc, odt ou rtf.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa fonte Arial 12; parágrafo justificado; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. As referências bibliográficas são apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.
6. Foi informado no campo "Comentários para o editor" o papel exercido por cada um dos autores do trabalho.
7. Quando cabível, a discussão dos resultados busca explicações e faz comparações com a bibliografia da área de forma a dar ao trabalho uma abrangência nacional ou global; não sendo apenas confirmatório.
8. O artigo foi aprovado por um Comitê de Ética quando aplicável.(Favor inserir a comprovação em documentos suplementares).
9. Os/as autores/as devem, preferencialmente, estar cursando ou ter cursado pós-graduação.